

O congresso republicano de Coimbra

As duas primeiras sessões de trabalho—Felicitações e adesões—Uma carta de Guerra Junqueiro—Propostas e moções varias—Os mortos de 5 de abril e a campanha difamatória no estrangeiro—Discute-se acaloradamente o relatório do Directorio

1.ª sessão

COIMBRA, 25, t.—A uma hora abriu a sessão o sr. Francisco Ignacio da Fonseca, vice presidente da comissão republicana de Coimbra.

Por parte do Directorio foi proposto o sr. José Relvas para presidir esta sessão do congresso. Aprovado por aclamação. O presidente propõe para secretarios os srs. Cassiano Ribeiro e dr. Manuel Monteiro.

O sr. Padua Correia apresentou um regulamento dos trabalhos do Congresso, que foi aprovado, apoz breve discussão em que tomaram parte o dr. Affonso Costa e José Loureiro.

Aprova-se que a imprensa, sem distincção de politica, seja admitida ás sessões do Congresso.

Nomeia-se uma comissão revisora de poderes, composta dos srs. dr. Jacintho Nunes, João Simões Barata e Henrique de Carvalho. Levanta-se a sessão até que esta comissão possa apresentar o seu parecer. Durou a interrupção um quarto de hora. Reaberta a sessão, o dr. Jacintho Nunes dá conta dos trabalhos da comissão revisora de pareceres. O seu parecer é cabal, e foi aprovado em discussão.

Expediente — Uma carta de Guerra Junqueiro

E' lido um officio do dr. João de Menezes justificando a sua ausencia.

Tambem se lê a seguinte carta de Guerra Junqueiro:

Camaradas e amigos:

Saúdo o congresso do partido republicano, n'esta hora grande e temerosa para os destinos da nossa patria, exhortando-o a que pela sua união e firmeza, pela sua conduta illibada, pelo estudo intelligente dos problemas mentaes, moraes e economicos, que exigem rapidas soluções, dê garantias eficazes d'um governo futuro, d'um estado juridico salvador, onde caibam, harmonicamente e livremente, em justo equilibrio, sem distincção de idéas, de classes ou de crenças, todas as forças vivas do paiz.

A monarchia conduziu a patria portuguesa á ruina material e moral. Verdade evidente, verdade sinistra. Os autores da obra de morte pretendem agora fugir ás responsabilidades pavorosas da catastrophe, lançando-as áquelles que ha muitos annos os vem acusando e denunciando. Pretendem afogar o grito das consciencias, em nome de interesses, que elles anarchisaram e desbarataram. Pretendem um tumulto, para evitar uma revolução.

Não cahiremos na cilada. A desordem seria a estupidez, seria o crime. Deixemos liquidar a monarchia, como puder, as suas contas. Vae remir o passado? Vae governar com justiça, com zelo, com intelligencia, com liberdade? Que governe. Não lhe crearemos obstáculos. Os mezes ou annos que tiver de vida, poucos ou muitos, viva-os em paz. Mas se ao contrario, (e é quasi indubitavel) liquida a crise economica, pela bancarrota ou pelo imposto, e a crise moral, pelo cinismo e pela violencia, então a monarchia está morta, porque o paiz inteiro ha de aclamar a idéa republicana, como unico meio de salvação.

Em tal instante, que não vem longe, republica e patria serão sinonimos. Mas, para que o sejam, é mister que o partido republicano gradualmente conquiste a confiança da nação, mostrando-se digno de a governar. Governar a é equilibrar-a, é pol-a em ordem. Governar é fazer, dia a dia, a equação juridica dos costumes. E' traduzir em leis a dinamica viva das almas e dos interesses. As questões economicas ou religiosas tem dentro da philosophia uma solução ideal, e dentro da politica e do governo uma solução concreta e transitoria. Não se inventam nações, imaginando codigos. Os codigos estão para as nações, como os vestidos para os corpos. Quando a estatura cresce, amplia-se o vestido, alarga-se o direito. A patria portugueza não cabe dentro da monarchia, por culpa da monarchia. Aspira á justiça e dão-lhe burlas, aspira á sciencia e dão-lhe trevas, aspira á honestidade e dão-lhe roubos, aspira ao bem-estar e dão-lhe fome, aspira á extinta luz, á extinta gloria, e dão-lhe infamias e sarcasmos, inquisições e tiranias.

Hoje só pôde salvar-se por si propria, por um acto de grandeza moral e de heroísmo colectivo. Sem força phisica, vive-se ainda. Mas, quando se morre moralmente, acaba-se de vez. Salvemo-nos por uma republica, mas uma republica nacional, fundada na ordem e no direito, no trabalho e no amor, na liberdade e na harmonia. Que viva a republica, para que viva a patria de nós todos.

Porto, 24 de abril de 1908.

Guerra Junqueiro.

Antes da ordem do dia

As victimas da municipal — Propostas varias

O sr. José Loureiro, representante da comissão de Alcantara, propõe um vo-

to de sentimento pelas victimas de 5 de abril, e manda para a meza uma proposta em que se consigna:

«1.º Que se inicie um largo estudo dos problemas que mais interessam á prosperidade e á vida taes como:

Constituição Política da Nação, Defeza Nacional, Reforma Administrativa, Lei eleitoral, Imposto e Finanças, Fomento Agricola e Commercial Industrial,

Leis de protecção operaria, Problema colonial, Instrucção Educação;

2.º Que o directorio, como supremo corpo dirigente, convide as individualidades competentes do partido a cooperar na solução dos problemas enunciados;

3.º Que o resultado d'esses estudos seja apresentado ao proximo congresso ordinario, e sendo possivel que seja antecipadamente publicado na imprensa republicana.»

Seguidamente, tem a palavra o sr. Alexandre de Barros, que apresenta a seguinte moção:

«O Congresso delibera promover um grande movimento nacional:

1.º Dotando as escolas actualmente existentes com edificios nobiliario escolar e de ensino, pessoal docente e de fiscalisação que permitam o ensino infantil e primario como está indicado pela moderna pedagogia;

2.º Creando mais 3:000 escolas em eguaes condições;

3.º Reorganizando o ensino nas Escolas Normaes, tornando o pratico, de modo que o professorado corresponda ás exigencias que lhe devem ser feitas;

4.º Elevando os honorarios do mesmo professorado.

O partido republicano confia em que os seus deputados, eleitos ou a eleger, se empenhem em obter a reforma completa do ensino secundario, artistico e superior, exigindo-a persistentemente até que os seus esforços sejam coroados de exito.

Padua Correia manda para a meza a seguinte proposta:

«Proponho que o Congresso fixe pela seguinte forma os seus trabalhos:

1.º Leitura e discussão do relatório directorial e orientação da direcção do partido;

2.º Leitura e discussão do relatório parlamentar e orientação dos deputados republicanos na camara;

3.º Atitude do partido republicano em face dos partidos monarchicos e meios de propaganda partidaria pratica.»

Fala o dr. Jacintho Nunes, sobre a proposta do sr. Loureiro, fazendo ver a necessidade de que o partido republicano esteja preparado para o exercicio da republica, que as circunstancias podem tornar possivel d'um momento para outro.

O sr. Amorim de Carvalho propõe saudações a José Barbosa e Nackens, sendo aprovado por aclamação.

A proposta de Padua Correia é aprovada sem discussão.

Passa-se á

Ordem do dia

O relatório do directorio

O dr. Antonio José d'Almeida tem a palavra para ler o relatório que, nos termos da lei organica, o directorio apresenta.

A Comissão Republicana da Figueira da Foz propõe uma saudação a todas as entidades que trabalham pelo desenvolvimento da instrucção popular.

O relatório expõe, a traços largos, os trabalhos do Directorio, sobretudo no que se refere ao periodo da dictadura franquista.

Em nome do Directorio, o dr. Almeida declara se ás ordens de qualquer congressista que pretenda mais amplas explicações, que todas lhe serão dadas.

O sr. Florido Toscano propõe uma comissão que ouça, em audiencia particular, o Directorio.

O sr. Padua Correia ataca a proposta.

O sr. Florido Toscano diz que a comissão que propõe é só para exame de contas.

O dr. Bernardino Machado diz que a comissão satisfaria ás praxes e nada mais.

O sr. França Borges diz que está d'acordo em que a comissão seja só para exame de contas; não pôde ser para mais nada, tanto mais que no congresso não hasó congressistas.

Os srs. Alfredo Leal, Alberto Costa e José Loureiro pedem a palavra sobre a proposta do sr. Florido Toscano.

O sr. presidente, atendendo á manifestação da assembléa, considera prejudicada a proposta do sr. Toscano.

Sobre o relatório do Directorio, o sr. França Borges convida o sr. presidente a dividir o relatório em pontos diferentes, discutindo-se separadamente cada um d'elles.

E' posto á discussão o relatório na sua generalidade.

E' requerido que a sessão se torne secreta.

João Chagas pronuncia-se contra a ses-

são secreta, e o mesmo faz Brito Camacho.

O dr. Alberto Costa pronuncia-se pelo requerimento, visto tratar-se da vida intima do partido.

Posto á votação o requerimento apresentado pelo dr. Alberto Costa, é rejeitado.

O dr. Pereira Osorio fala sobre o relatório na sua generalidade, dizendo que acha inutil discutir factos, a não ser que os supunhamos menos verdadeiros.

Padua Correia diz que o relatório pouco trata da vida do partido; não nos habilita a avaliar quanto o partido avançou ou retrocedeu. E' falho de informação. Desejaria que elle fosse um rigoroso balanço das forças partidarias; mas não é, o que devesse sente.

Antonio José d'Almeida responde ao sr. Padua Correia; acha-lhe razão n'alguns pontos, não em todos. O relatório não é mais extenso, em primeiro logar porque convinha, em relação a certos pontos, nada mais fazer do que enuncial-os, e em segundo logar porque fluiu materialmente o tempo para fazer mais. De resto o Directorio prepara um extenso documento, ou manifesto, em que se fará plena justificação do partido republicano, e se traçará vigorosamente o libello do Regimen.

Alexandre de Barros deseja saber o que será, na sua essencia, o manifesto que elle prepara.

Antonio José d'Almeida diz que na altura devida, se a assembléa assim o entender, dará as explicações que o sr. Alexandre de Barros pede.

As apreciações da imprensa estrangeira

O dr. Alberto Costa diz que era necessario que o Directorio tivesse procurado crear lá fóra uma atmosphera favoravel ao movimento republicano portuguez. E pergunta o que fez o Directorio n'esse sentido. Tem-se feito um grande dispendio de rhetorica, sendo necessario fazer se mais alguma coisa.

O sr. Ribas de Avellar manda para a meza a seguinte moção:

«O Congresso do partido republicano, reunido em Coimbra, ouvindo as explicações por parte do Directorio ácerca do relatório por elle apresentado, dá-lhe a sua aprovação, reservando apenas a sua liberdade d'acção em relação ao ponto que se refere ao manifesto sobre a morte do rei, por isso que quanto a esse mesmo ponto deve o mesmo Directorio dar explicações ácerca da sua orientação sobre esse ponto em altura que a assembléa julgar conveniente.»

Antonio José d'Almeida explica o que fez o Directorio no sentido de neutralisar no estrangeiro a campanha que se fazia lá fóra contra o paiz e contra o partido republicano. Encarece os serviços prestados pelo dr. Magalhães Lima, e as conferencias de jornalistas estrangeiros com alguns dos nossos mais eminentes correligionarios, especializando João Chagas e o dr. Bernardino Machado.

O sr. França Borges apresenta a seguinte moção:

O Congresso do partido republicano sauda o correligionario Magalhães Lima, pela sua patriótica campanha no estrangeiro a favor de Portugal e da democracia portugueza.

João Chagas lembra a necessidade de caminhar depressa, visto o Congresso não dever ter mais de quatro sessões.

O dr. Antão de Carvalho apresenta a seguinte moção:

O Congresso, ouvido o relatório e apreciando as explicações do Directorio e tendo pleno conhecimento dos actos e da direcção da vida politica republicana por esse corpo dirigente do partido, aprova na integra aquelle relatório e prestando homenagem á dedicação e ao esforço de todos os membros do Directorio consigna-lhe aqui o seu aplauso e passa á segunda parte da ordem do dia.

E' admitida, mas considera-se prejudicada.

O sr. Ribas de Avellar manda para a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que se dê por sufficientemente discutido o relatório do Directorio tanto na generalidade como na especialidade, com prejuizo dos oradores inscriptos.»

Entra em discussão o projecto na especialidade.

O sr. dr. Bernardino Machado diz que sempre falou com os estrangeiros em nome do Directorio, salvo quando tinha de expor as suas idéas pessoas sobre qualquer assumpto. Mais uma vez afirma que o Directorio não descurou a questão internacional.

O sr. França Borges diz que no relatório leu um erro de facto que deseja rectificar. Refere-se á impressão da imprensa. A perseguição á imprensa foi anterior á dictadura. O Directorio aceita a rectificação.

O sr. dr. Brito Camacho alarga-se em considerações para demonstrar que o Directorio não pôde nem deve ser um comité revolucionario.

O sr. dr. Affonso Costa abunda nas idéas expendidas pelo sr. Brito Camacho, e n'um